



Foto: Helena Costa

A Assembleia da República

não pode continuar a ignorar o aborto clandestino!

não pode continuar a manter uma lei desajustada e injusta!

tem de alterar esta lei desumana e cruel para as mulheres!

Um novo julgamento decorre em Aveiro envolvendo mulheres acusadas de prática de aborto.

É UMA VERGONHA

o que se passa em Portugal!

Decorre um novo julgamento, envolvendo mulheres acusadas de prática de aborto, e com a particularidade de envolver, como cúmplices, maridos e namorados.

Após o julgamento da Maia não pararam de surgir novas situações, que envolvem clínicas, parteiras, mulheres.

É a clara demonstração de que as investigações, os processos em Tribunal, as mulheres que se sentam nos bancos dos réus, são uma realidade.

É inadmissível que o Estado português mantenha uma lei desajustada, uma lei desumana, uma lei cruel para as mulheres:

- atira-as para os circuitos de clandestinidade em Portugal;
- sujeita-as a julgamento, tratando-as como criminosas.

Maioria PSD/CDS-PP é travão à despenalização do aborto

Ao mesmo tempo aposta na tentativa de impôr, na esfera do Estado, valores e princípios de actuação que contrariam direitos civilizacionais consagrados na Constituição da República e nas leis, em matéria de direitos sexuais e reprodutivos.

Assume o compromisso político de inviabilizar qualquer iniciativa legislativa que colida com o resultado do Referendo de 28 de Junho de 1998, seja através de projecto-lei, seja através da realização de um novo referendo.

É uma vergonha!

O resultado do Referendo não teve carácter vinculativo. Não há qualquer preceito legal que impeça a Assembleia da República de legislar positivamente pela despenalização do aborto.

Será que eles não querem que as mulheres vão para a prisão?



Durão Barroso:
«...Não me considero capaz
de condenar uma mulher que, sem
dúvida, com grande sofrimento opta
por essa decisão.
Creio que esta é uma questão
de consciência, do foro íntimo
de cada um.»
Página do PSD na Internet, no âmbito
da campanha para as Eleições Legislativas/2002.



Bagão Félix:
«...Sou contra a mudança da lei. (...)
O julgamento (da Maia) tem
uma parte criticável que é juntar-se
no mesmo processo as mulheres
que abortaram com os autores
do aborto. As primeiras merecem
compreensão e não que se lhes
aponte o dedo.»
Correio da Manhã, 19/1/2002



Paulo Portas:
«...não conheço ninguém do "Não"
que ande pela rua para perseguir
quem quer que seja.»
Jornal de Notícias, 1/3/2002.

É uma hipocrisia

As suas posições dão origem a processos,
a julgamentos e a eventuais condenações.
Eles são cúmplices com os circuitos clandestinos.

É tempo de lhes dizer

que a origem dos processos de investigação
em curso, dos julgamentos e das condenações,
advém do facto de se oporem a que
o Código Penal deixe de considerar
o aborto crime punível até 3 anos de prisão.

É UMA VERGONHA o que se passa em Portugal!

Temos das legislações mais recuadas da Europa.
Várias instâncias internacionais têm vindo
a manifestar as suas preocupações pela
existência de leis restritivas em Portugal em relação
ao aborto, porque os abortos clandestinos
têm sérios impactos negativos na saúde
das mulheres e no seu bem-estar.
O Parlamento Europeu recomendou (3/7/2002)
aos Estados-membros a não agir judicialmente
contra as mulheres que abortam.

O PCP manifesta a maior preocupação
com um novo julgamento, agora em Aveiro,
abrangendo várias mulheres acusadas
de recurso ao aborto.

O PCP está activamente empenhado
na formação de um vasto movimento
de opinião que expresse a solidariedade
com as mulheres em julgamento
no processo de Aveiro.

O PCP continua a ser activamente
favorável a que a primeira prioridade,
no plano institucional, seja a aprovação
na Assembleia da República
de uma lei de despenalização do aborto.
E, nesse sentido, apresentou na Assembleia
da República o Projecto-lei 1/IX
de despenalização do aborto a pedido
da mulher até às 12 semanas.

A sua posição é importante

Para que as mulheres
não se sentem no banco dos réus.
Não queremos que as mulheres
corram o risco de prisão.

